

## **O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR COMO UM PROBLEMA JURÍDICO-SOCIAL<sup>1</sup>**

Geisianne Aparecida Bolade<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso tem por escopo demonstrar que o superendividamento é um fenômeno presente no Brasil, e que seus efeitos na vida dos indivíduos afetados e no âmbito social são muito negativos, de modo que o assunto merece ser tutelado pelo Estado de forma especial. Busca-se conceituar o superendividado, como aquele que se encontra em situação econômica desfavorável devido ao montante de suas dívidas e a falta de liquidez, ao ponto de comprometer o sustento próprio e de sua família, além de ter seu nome e sua imagem maculados. Pontuou-se, também, que a situação de superendividamento tem consequências sociais nefastas, causando prejuízos ao devedor e também à sociedade, e que os efeitos do superendividamento têm participação dos fornecedores de crédito, cabendo-lhes responsabilidade pelos danos que causam. Diante da ausência de proteção específica para o consumidor superendividado, apresenta-se como sugestão de solução as experiências obtidas em outros países, especialmente na França, bem como o amplo conhecimento técnico e profissional de juristas brasileiros, os quais já desenvolvem trabalhos em algumas regiões do Brasil. Por fim, apresenta-se a proposta de lei, entabulada a requerimento do Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor – DPDC.

**Palavras-chave:** Superendividamento, Consumidor, Dignidade, Tratamento, Tutela.

### **THE OVER BUDGET DEFICIT OF THE CONSUMER AS A LEGAL PROBLEM - SOCIAL**

### **ABSTRACT**

This conclusion course paper has in its purpose to demonstrate that over budget deficit is a phenomenon in Brazil, their effects on the affected individuals and in the social sphere is very negative, so the matter deserves to be protected by the State in a special form. It seeks to conceptualize the extremely over debt person as one that is in unfavorable economic situation due to the amount of their debts and lack of liquidity to the point of jeopardizing himself and his family livelihood, besides of compromising his name and image. It is pointed out also that this situation has damaging social consequences, affecting the debtor and also the society and the effects of over-budget deficit have participation of credit providers what make them responsible for the damage caused. On the lack of a specific protection for these

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito na Faculdade Opet, transformado em artigo para publicação na Revista Ânima. Orientadora Professora Alessandra Matos.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Direito na Faculdade OPET (Organização Paranaense de Ensino Técnico) - Curitiba/PR., em dezembro de 2012.

consumers, it is presented as a suggested solution another countries experiences, especially in the France case, as well as extensive technical knowledge and professional Brazilian jurists, which already works in some developing Brazilian regions. Finally, we present the bill of law, disposed upon request of the Consumer's Protection\_Department\_-\_Procon.

**Keywords:** Over Budget Deficit, Consumer, Dignity, Care, Custody.

## 1 INTRODUÇÃO

O crédito é um mecanismo indispensável à manutenção de bens e serviços essenciais à vida, além de viabilizar a aquisição de bens tipicamente de consumo, objetos dos sonhos do homem moderno, fruto do convencimento da publicidade fantasiosa, que cria necessidades artificiais aos indivíduos.

No Brasil a oferta de crédito passou a ser mais expressiva após a estabilidade da moeda, o que ocorreu em meados de 1994, com a implantação do plano real. Com isso, o crédito passou a compor o orçamento familiar como um mecanismo de gestão.

Destaque-se, ainda, dentre as causas que propiciam o superendividamento, o abuso de direito praticado pelos fornecedores de crédito, que consubstancia a concessão do crédito sem a observância dos pressupostos necessários, tais como a condição econômica de adimplemento pelo consumidor, e a existência de outras dívidas já assumidas anteriormente que possam deixá-lo sem condições de promover o sustento próprio.

Destarte, mesmo que estejam presentes os requisitos formais de validade do contrato de crédito, o desrespeito aos pressupostos acima mencionados rompe com o princípio da boa-fé por parte do fornecedor, haja vista que deixou de tomar as cautelas necessárias para garantir o pagamento da dívida do crédito fornecido.

Além dos percalços advindos da oferta maciça de crédito, da publicidade abusiva e do abuso de direito praticado pelos fornecedores, não se pode ignorar as situações imprevistas pelo consumidor que também podem ser fonte para o superendividamento, como é o caso daquele que de forma inesperada perde o emprego e passa a utilizar o crédito como meio de subsistência, e, sem ter condição para quitar seus débitos, passa a fazer parte da lista dos superendividados.

É fato que as sociedades capitalistas tendem a viver em uma cultura de endividamento, o que é agravado pela concessão desmedida do crédito. No caso do

Brasil, tais fatos desencadeiam o superendividamento, que gera sérios problemas sociais, e, portanto merecem ser analisados no âmbito jurídico.

Há que se observar que o superendividamento é uma condição em que se encontra o consumidor pessoa física, diante da falta de recursos financeiros suficientes para saldar suas dívidas sem prejuízo da subsistência própria e/ou de sua família.

Tal fenômeno tem sido conceituado pela doutrina de duas formas, quais sejam: superendividamento ativo, aquele causado pela prática de um ato pelo consumidor, podendo ser consciente ou inconsciente, e o superendividamento passivo, que advém de circunstâncias alheias à sua vontade, como no caso de desemprego repentino, conforme supracitado.

O fenômeno do superendividamento tem recebido atenção especial em diversos países, como Dinamarca, França, Alemanha, Estados Unidos, dentre outros. No caso brasileiro, observamos que referida atenção não foi despendida pelo legislador, apesar de ser o tema constante objeto de debate pela doutrina. Diante disso, apresenta-se de suma importância e relevância o objeto do presente trabalho.

A fim de apresentar possíveis mecanismos de prevenção e solução para o fenômeno, apontam-se as medidas adotadas no direito comparado, em especial na França, que em muitos aspectos já serviu como inspiração para o ordenamento jurídico brasileiro e, apresenta-se como a solução mais adequada ao caso brasileiro.

Insta observar que o superendividamento objeto do presente trabalho abarca apenas a situação de pessoas físicas, haja vista que no caso de endividamento empresarial há o procedimento de recuperação judicial, que visa possibilitar a quitação ou adimplemento de suas dívidas, frente a todos os credores, possibilitando seu reestabelecimento e nova oportunidade no mercado.

Dentre as consequências sociais negativas apresentadas no presente trabalho, deve-se destacar a violação da dignidade da pessoa humana frente ao resultado do superendividamento, que por vezes coloca o consumidor na condição de mau pagador junto ao cadastro de empresas de proteção ao crédito e, com isso, bloqueia as possibilidades de inserção deste indivíduo no mercado de trabalho.

Além desta consequência direta, não se pode olvidar tantas outras indiretamente ligadas ao fenômeno, como a desestruturação familiar, o rompimento de vínculo conjugal, além do que, dependendo do fato que gerou o

superendividamento, o crédito é o único mecanismo possível à subsistência do consumidor e de sua família, o que faz com que os danos por ele experimentados em decorrência da perda do crédito sejam muito superiores àqueles perceptíveis em uma análise superficial, pois resta comprometida a manutenção de condições mínimas necessárias à sua subsistência e de sua família.

Objetiva-se, portanto, demonstrar a necessidade de um mecanismo especial de proteção ao consumidor brasileiro frente ao superendividamento, sendo insuficiente quanto a este fenômeno o conteúdo disposto no Código de Defesa do Consumidor – CDC.

Especial destaque ao estudo realizado pelo Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor – DPDC, elaborado pelas ilustres juristas Claudia Lima Marques, Clarissa Costa Lima e Káren Bortoncello, cujo conteúdo apresentado traz medidas de prevenção e tratamento ao superendividamento, inclusive, apresentam parâmetros para a criação de uma lei brasileira que regule e dê adequado tratamento para o fenômeno.

Com o conteúdo a ser apresentado, pretende-se demonstrar a fragilidade do consumidor diante dos mecanismos de oferta e fornecimento de crédito dentro do sistema capitalista, bem como a responsabilidade dos fornecedores que deixam de apreciar requisitos essenciais na realização de seus contratos e, ainda, a ausência de um mecanismo jurídico específico que previna e trate o superendividamento conforme já vem ocorrendo em outros ordenamentos jurídicos.

É de suma importância destacar a relevância do presente trabalho frente ao eixo do “Estado solidário e regulação”, uma vez que com o conteúdo apresentado pretende-se demonstrar a necessidade da criação de uma lei especial de prevenção e tratamento ao superendividamento do consumidor.

## **2 SUPERENDIVIDAMENTO**

### **2.1 CONCEITO DE SUPERENDIVIDAMENTO**

O superendividamento pode decorrer de diversos fatores, desde casos fortuitos até o consumo desenfreado. Assim sendo, é possível dizer que o fenômeno se caracteriza pela insuficiência de recursos econômicos da pessoa física para o cumprimento de suas obrigações financeiras, cujo resultado é um aumento de suas dívidas frente aos seus rendimentos.

Claudia Lima Marques assim conceituou o fenômeno:

O superendividamento pode ser definido como impossibilidade global do devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com Fisco, oriunda de delitos e de alimentos) em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio. (MARQUES, 2006, p. 256)

No conceito da autora, o superendividamento alcança também, importante destacar, o consumidor de boa-fé, cujo propósito inicial era de quitar seus débitos, tendo deixado de fazê-lo por motivo imprevisto e alheio a sua vontade. (MARQUES, 2006)

A relevância do tema traz ainda o conceito apresentado por Maria Manuel Leitão Marques, que assim o conceituou:

O sobreendividamento, também designado por falência ou insolvência de consumidores, refere-se às situações em que o devedor se vê impossibilitado, de uma forma durável ou estrutural de pagar o conjunto das suas dívidas, ou mesmo quando existe uma ameaça séria de que o não possa fazer no momento em que elas se tornem exigíveis. (LEITÃO MARQUES, 2000, p. 2)

Destarte, é possível concluir que superendividamento se trata de um endividamento superior àquele possível de ser suportado pelos rendimentos do indivíduo, logo, não se abarca nesse conceito o mero descumprimento de obrigações financeiras.

Esse estado de superendividamento dos consumidores, pessoas físicas de boa-fé, consubstancia um fenômeno jurídico-social, e carece, portanto, de alguma solução pelo direito, a exemplo do que aconteceu com a falência e recuperação judicial no direito da empresa, que obteve diversas soluções possíveis para a quitação ou adimplemento de suas dívidas, frente a todos os credores, possibilitando seu reestabelecimento e nova oportunidade no mercado.

## 2.2 SUPERENDIVIDAMENTO ATIVO E PASSIVO

Com base nas definições de Claudia Lima Marques, o superendividamento subdivide-se em ativo e passivo:

O superendividado ativo é fruto de uma acumulação inconsiderada de dívidas, desde que de boa fé, conhecido também como endividamento compulsório. Já o superendividamento passivo é aquele provocado por um imprevisto da vida moderna, ou seja, a dívida proveniente do desemprego, da doença que acomete uma pessoa da família, pela separação do casal, entre outros. (2005, p. 11-52)

Pode-se dizer, então, que o superendividamento ativo é causado pela prática de um ato pelo consumidor, enquanto que o superendividamento passivo advém de circunstâncias alheias à sua vontade.

Esmiuçando este conceito, Maria Manuel Leitão Marques (2000), pondera que o superendividamento ativo subdivide-se em consciente e inconsciente. O primeiro engloba aquele que realiza dívidas consciente de que não poderá quitá-las, ou seja, pratica um ato eivado de má-fé, sabendo que o credor não terá como cobrar-lhe a dívida.

Opostamente, considera-se ativo inconsciente o consumidor que está superendividado em decorrência da falta de cautela em seus gastos, ou seja, não há o elemento da má-fé, pois, quando assume suas dívidas tem o ânimo de quitá-las, mas por falta de controle sobre seus gastos e rendimentos acaba assumindo mais compromissos financeiros que seus rendimentos são capazes de suportar, conforme bem nos explica Felipe Kirchner:

(...) o devedor superestima o seu rendimento por incapacidade de administrar seu orçamento ou por ceder às tentações do consumo e da publicidade, na busca por um padrão de vida mais elevado, que ele próprio (psicológica e socialmente) se impõe. (KIRCHNER, 2008, p. 74)

A grande problemática que envolve o superendividamento ativo consciente e inconsciente é justamente a dificuldade em diferenciá-los, uma vez que o ponto divergente é a existência ou ausência de boa-fé, logo, trata-se de uma análise minuciosa e subjetiva. (COSTA, 2002)

### 2.2.1 Boa-fé do Consumidor

Trata-se da base do combate ao superendividamento, pois deve nortear os contratos e a conduta das partes que o compõe.

Em relação à boa-fé do consumidor:

Em verdade, a noção de boa-fé em matéria de superendividamento implica que seja procurado em relação ao superendividado, através de dados da causa, o elemento intencional que evidencia seu conhecimento deste processo e sua vontade de solucionar o conjunto de suas dívidas cujo total é excessivo, tendo-se em conta os recursos do devedor. (GIANCOLI, 2008, p. 102)

A boa-fé do consumidor é observada em seu ânimo em quitar suas dívidas, observando sua condição econômica. Isso não significa dizer que, a existência de muitas dívidas descaracteriza a boa-fé do consumidor, até porque, tal fato é justamente o que caracteriza sua condição de superendividado.

### 2.2.2 Boa-fé do Fornecedor de Crédito

Tratando-se de relações de consumo, não raro são observadas condutas abusivas de direito, o que pode ocorrer pela prática de atos que visem diretamente causar dano ao consumidor, ou, ainda, sem a intenção do dano, mas com desvio da função social desse direito.

Em relação aos contratos de crédito, o abuso de direito pode existir quando o fornecedor deixa de observar os pressupostos essenciais à sua concessão, tal como condição econômica de adimplemento pelo consumidor, mesmo diante da satisfação dos requisitos formais de validade do contrato, pois, incumbe ao fornecedor impor condições à concessão de crédito.

Conduta diversa significa dizer que o fornecedor assumiu o risco do inadimplemento, conforme entendem Carpena e Cavallazzi:

O financiamento concedido de forma temerária, tendo sido celebrado o pacto com consentimento irrefletido, sem contemplação por parte do fornecedor das reais condições daquele que pretende receber o crédito, praticamente induzindo a inadimplência, sem dúvida nenhuma viola o princípio da dignidade da pessoa humana. A proteção das legítimas expectativas dos consumidores, a garantia de cumprimento do que ele espera obter de uma dada relação contratual, nada mais é do que a projeção do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana no âmbito obrigacional. (CARPENA e CAVALLAZZI, *apud* MARQUES, 2006, p. 338)

Sendo assim, a falta de cautela na concessão de crédito, quanto à capacidade de adimplemento do tomador, não se coaduna com um ato de boa-fé do fornecedor.

Episódio muito comum ao judiciário brasileiro, é a propositura de ação por parte do consumidor, requerendo a revisão contratual, diante da sua total impossibilidade

de honrar com o pagamento, quanto mais porque a obrigação apresenta-se desproporcional ao proveito do crédito que adquiriu. Nesta hipótese, o fornecedor não receberá chancela do judiciário.

Desse modo, na celebração de contratos, deve o fornecedor observar além de seus interesses, também os do consumidor, sob pena de exceder à liberdade contratual e, com isso, violar o princípio da boa-fé.

### **3 CRÉDITO E CONSUMO**

A oferta de crédito direcionado ao consumo teve sua origem nos Estados Unidos, expandindo-se posteriormente para a Europa e mais recentemente a outros países menos favorecidos economicamente. (LIMA, 2006)

Em relação ao Brasil, a oferta de crédito tornou-se mais expressiva a partir da estabilidade da moeda, ou seja, com o advento do Plano Real (1994), quando o crédito tornou-se um dos mecanismos de gestão do orçamento familiar e componente das economias de mercado. (LIMA, 2006)

Um ambiente econômico mais estável mudou o foco das instituições financeiras, antes direcionadas às aplicações em conta poupança, passaram a privilegiar as operações de crédito. Em estudo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, constatou-se que:

Com o Plano Real, em julho de 1994, o novo ambiente de estabilização de preços trouxe modificações consideráveis para o sistema financeiro brasileiro, uma vez que, com a estabilização da economia, todas as instituições deixaram de ganhar com a inflação. (...) O crédito a pessoas físicas, revelou-se importante suporte para sustentação do nível da atividade econômica, dinamizando a demanda interna via ampliação do consumo das famílias. As linhas de crédito disponíveis no mercado para aquisição dos bens são abundantes, porém, não necessariamente vantajosas para quem pretende utilizá-las. (IDEC, 2008, p. 5)

Sendo assim, o crédito ao consumo está associado ao desenvolvimento econômico, uma vez que proporciona o acesso dos mais carentes a bens e serviços de consumo, sendo, desde logo um fator de inclusão social:

(...) é inegável que o crédito permite resolver o problema de acesso de muitas famílias a bens que são indicadores de qualidade de vida e até mesmo indispensáveis ao bem-estar mínimo das famílias. Não há economista no mundo que duvide da importância do crédito para gerar crescimento, pois ao propiciar o aumento do consumo, obriga as empresas

a produzir em maior escala e a empregar mais, aumentando o poder de compra da população, com melhora no seu nível de vida e assim por diante. (LIMA, 2006, p. 09)

Importante observar que assim como é capaz de proporcionar a inclusão social das famílias, o crédito pode levá-las também à exclusão social, dependendo do mecanismo e da proporção de sua aquisição. Nas palavras de Costa, o crédito se torna “um flagelo que provoca a pobreza e a miséria”. (COSTA, 2002. p. 89)

Para Clarissa Costa de Lima (2006, p. 09) “consumo e crédito são duas faces de uma mesma moeda, de tal modo que controlar a primeira significa fazer o mesmo com a segunda”, cuja função de mola propulsora da economia gira em torno do crédito, que gera consumo e, conseqüentemente, faz girar o mercado consumidor.

A sociedade moderna possui uma relação de dependência com o crédito, ao ponto de sua ausência significar a impossibilidade de cumprir com obrigações financeiras básicas, essenciais à sobrevivência do indivíduo.

Isso ocorre porque muitas pessoas utilizam o crédito para suprir suas despesas cotidianas, e por vezes acabam se endividando, ou seja, nem todo endividamento provém do consumo desenfreado, muitas vezes está associado à falta de organização do indivíduo que tem acesso fácil ao crédito.

O que se observa atualmente em nosso modelo de sociedade é que o imediatismo em consumir cada vez mais, a irresponsabilidade das instituições financeiras em conceder o crédito, sem averiguar com cautela e responsabilidade a possibilidade do indivíduo em honrar com o pagamento, associados à oferta exacerbada de produtos, por intermédio dos diversos meios de comunicação disponíveis, têm promovido a insolvência do consumidor.

### 3.1 SUPERENDIVIDAMENTO COMO PRODUTO DE UMA SOCIEDADE DE CONSUMO – A HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR E A OFERTA DE CRÉDITO

O crédito é um mecanismo do capitalismo, que consubstancia estímulo ao consumo, e o que ocorre nas sociedades consumistas é uma distorção da função social do crédito, não sendo diferente no Brasil. As sociedades de classe, como é o caso brasileiro, possuem dois tipos de consumidores, os privilegiados e os desfavorecidos. (LOPES, 2006)

Segundo ele, no primeiro caso o acesso a créditos e bens é mais fácil, contudo não são poupados de práticas ilícitas, tampouco da oferta massiva e ilusória de crédito como mercadoria. Já os consumidores desfavorecidos, aqueles mais pobres, cujo acesso a bens e serviços de qualquer espécie depende do crédito, são alvo constante de estímulo ao consumo do essencial e do supérfluo. (LOPES, 2006)

Não se trata de vitimar o devedor, tampouco de condenar o crédito ou a propaganda, mas sim de demonstrar que a falta de um sistema de proteção ao indivíduo e sua família, enquanto consumidores vulneráveis, acaba gerando a insolvência civil, o que significa liquidar todo o patrimônio do devedor, passível de penhora, com o objetivo de satisfazer as dívidas que este possui, ignorando-se por completo sua condição humana, ou seja, o capital supera o indivíduo.

A prevalência do interesse econômico em detrimento do interesse dos indivíduos é facilmente observada pelo sistema financeiro vigente em nossa sociedade, basta que se observe a liberdade que possuem as instituições financeiras para deliberarem, de acordo com seu melhor interesse, sobre as linhas de crédito que disponibilizam e as taxas de juros abusivas que aplicam.

Vislumbra-se, dessa forma, que a concessão de crédito de forma irresponsável em uma sociedade de consumo como a que vivemos, pode ter como consequência a “falência” do consumidor, logo, tanto o crédito como o endividamento devem ser observados como causa e efeito de uma problemática da atual sociedade de consumo. (MARQUES, 2000)

Destaque-se que o crédito em si não é um vilão para a sociedade, haja vista o papel de destaque e significância que a própria Constituição da República lhe imprime, em seu artigo 192<sup>3</sup>, ao dispor que o sistema financeiro nacional deve promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, ou seja, o crédito tem uma função social prevista constitucionalmente.

O modelo social capitalista apresenta inúmeros aspectos estimuladores à expansão da oferta e da utilização do crédito. Tal fato é observado cada vez mais no cenário globalizado, que tem como maior aliada a propaganda, comumente utilizada

---

<sup>3</sup> Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. *Caput* com a redação dada pela EC nº 40, de 29/05/2003.

para transmitir aos consumidores as mudanças que lhes convém, normalmente associadas ao estímulo do consumo desenfreado. (MARQUES, 2000)

Vale mencionar que a doutrina tem sido grande crítica dos métodos ostensivos, e muitas vezes abusivos, utilizados pela publicidade em seu papel de seduzir o consumidor. Tal comportamento é facilmente identificado por meio das técnicas apelativas de captação de mutuários pela publicidade, sobretudo direcionadas aos consumidores mais vulneráveis. Nas palavras de Simone Hegele Bolson:

Não se trata só de compra por impulso ou venda emocional, mas de todo um aparato comercial – materializado através dos meios de comunicação e do marketing – que os fornecedores utilizam para que o consumidor efetivamente cumpra o papel que o mercado lhes reserva. Tal aparato já começa a agir lá nos lares dos consumidores, quando, através dos meios de comunicação, a publicidade massiva e o merchandising explícito nos programas televisivos criam novas necessidades (não essenciais em sua maioria!), para as quais é indispensável o consumo. (BOLSON, 2007, p. 179)

A publicidade maciça produz uma mudança conceitual no significado de crédito, cujo poder é superior ao do consumo, oferece ao consumidor mais do que bens ou serviços, confere status.

A agressividade da publicidade é direcionada também aos jovens, com o objetivo de captação de mais consumidores de crédito, inclusive, dando-lhes a falsa impressão de que possuir e utilizar o crédito pode transformá-los em adultos. Essa conduta acaba impactando no mercado de consumo de modo drástico, tendo em vista os efeitos nefastos que a utilização irresponsável do crédito pode acarretar à vida daqueles que são apenas “calouros” no universo do consumo. (MARQUES, 2000)

Os consumidores mais vulneráveis não possuem condições de defesa contra os abusos da publicidade, logo, não têm condições de exercer verdadeiramente a autonomia da vontade. Isso ocorre porque “os consumidores não sabem como atuar no processo de decisão e celebram contratos de forma impulsiva, sem reflexão” (LIMA, 2006, p. 36).

Ainda, que a conduta do consumidor é frequentemente influenciada pelas técnicas de publicidade, que tem sua autonomia mitigada e sua liberdade de escolha comprometida:

(...) a noção clássica de uma vontade livre, dirigida pelo próprio indivíduo, pressupõe uma igualdade de forças e liberdade de discussão entre as partes, o que não ocorre nas relações de consumo marcadas pela desigualdade entre seus atores. (LIMA, 2006, p. 36)

Desse ponto, vislumbra-se com mais clareza o efeito da publicidade abusiva no mercado de consumo, como mecanismo de promoção do superendividamento. Com efeito, a autonomia da vontade - prevista na Constituição da República (art. 170, CR/88)<sup>4</sup>, e na legislação civil (art. 421 do Código Civil brasileiro)<sup>5</sup> - apesar de ser o principal fundamento das relações contratuais, não tem sua eficácia absoluta.

### 3.1.1 Responsabilidade do Fornecedor de Crédito

Merece destaque a publicidade realizada pelos fornecedores de crédito, e sua contribuição para uma sociedade de endividados e superendividados, principalmente no Brasil, que é um país emergente e, portanto, onde o consumo a crédito faz parte da vida em sociedade.

O abuso dos meios de comunicação, de todas as formas, pelas instituições financeiras, que oferecem crédito como se vendessem a felicidade, de forma irresponsável, irrestrita e maciça, voltadas principalmente para as camadas menos favorecidas da população, gera um consumo exacerbado, que em boa parte das vezes não poderá ser sustentado pelo consumidor.

Nesse cenário, a publicidade ocupa um papel decisivo, cujo objetivo é seduzir e ludibriar o consumidor e levá-lo a consumir cada vez mais.

Contudo, crédito não é um problema em si mesmo, mas sim a forma como é conduzida sua oferta e distribuição. No caso brasileiro, o problema está justamente na ausência de controle da publicidade, que desenvolve diariamente novos mecanismos para impulsionar sua utilização, o que tem sido a válvula propulsora do superendividamento, conforme leciona José Reinaldo de Lima Lopes:

Assim, fala-se do crédito como um mecanismo de inclusão social, o que tem seu lado de verdade. De fato se vivemos em uma sociedade de crédito é óbvio que sem ele não há inclusão.(...) De outro lado, a ausência de crédito significa impossibilidade de assumir os compromissos básicos de uma vida urbana e dispor de alguma coisa. Mas não se esqueça de que o crédito é uma mercadoria. Como tal é anunciada e agressivamente promovida,

---

<sup>4</sup> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social (...).

<sup>5</sup> Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

sobretudo no Brasil, onde se conseguiu a proeza de transformar o salário dos trabalhadores e as pensões dos aposentados em objetos penhoráveis, pelo mecanismo altamente ambíguo do crédito consignado. Anuncia-se o crédito na televisão, enviam-se agressivamente propostas de cartões de crédito, há crédito por telefone, há crédito oferecido na rua e assim por diante. (LOPES, 2006, p. 6-7)

Vale dizer que a publicidade é pensada e desenvolvida para transmitir uma ideia de que o consumo promove a inclusão social das classes menos favorecidas, ou seja, presta-se a criar uma falsa expectativa de que é possível consumir todos os bens desejados mediante o crédito rápido e fácil, sem levar em consideração a capacidade de pagamento do consumidor. Sobre o tema:

Não parece haver dúvida de que se vive na sociedade do marketing e do consumo de massas, (dinamizado especialmente através do crédito) sérias são as pesquisas que defendem não poder o ato de consumo ser considerado como puramente racional. De fato, pessoas são hoje em dia estimuladas ou até compelidas, pela massiva publicidade nos "espaços públicos" ou meios de comunicação de massa, a adquirir bens e serviços. A técnica normalmente funciona relacionando o consumo desta mercadoria ou marca a um prazer ou modo de ascensão social. (TIMM, 2006, p. 1)

Por fim, arremata o autor:

Evidentemente que será pouco provável que a publicidade remeta o consumidor para uma efetiva racionalidade de escolha, baseada em informações precisas e corretas sobre a essência do produto ou serviço. Como se defendem então os consumidores de uma situação que lhes cause excessivas dívidas e comprometimentos futuros? (TIMM, 2006, p. 1)

Em um primeiro momento, o acesso fácil às linhas de crédito - sem grandes procedimentos de análise da possibilidade econômica do consumidor - pode ser considerado positivo, contudo, a maneira como as instituições financeiras têm direcionado esses consumidores para o crédito é que movimenta a economia negativamente.

Não se pode dissociar a responsabilidade dos fornecedores de crédito sobre o fenômeno do superendividamento, contudo, inexistente um mecanismo jurídico adequado e específico que regule o crédito e distribua o ônus de sua concessão desenfreada e irresponsável com aqueles que lhe deram causa.

Na ausência de normatização específica, saliente-se que o Código de Defesa do Consumidor busca diminuir as disparidades entre as partes envolvidas no

contrato de crédito, ao estabelecer em seus artigos 6<sup>6</sup> e 46<sup>7</sup>, o dever do fornecedor de prestar todas as informações necessárias, de forma clara e precisa, antes que seja realizado qualquer contrato com o consumidor.

Tal proteção deve ser acompanhada do disposto no artigo 53<sup>8</sup>, do mesmo diploma legal, o qual estabelece a obrigação do fornecedor de informar o verdadeiro custo do crédito a ser concedido e todos os seus elementos, tais como: taxas de juros compensatórios, juros moratórios, acréscimos, periodicidade, dentre outros que estejam previstos contratualmente.

No que concerne ao dever de informar, destaca-se o entendimento de Carpena e Cavallazzi:

É evidente que a adesão ao contrato de crédito ao consumo, estabelecendo relação continuada, de duração muitas vezes prolongada, e envolvendo cálculos e taxas frequentemente incompreensíveis para o consumidor, impõe maior carga de informação a ser prestada pelo fornecedor. (CARPENA; CAVALLAZZI, *apud* MARQUES, 2006, p. 335-336)

A referida situação foi apreciada na doutrina francesa, com a criação de um dever por parte do fornecedor, de revelar para o consumidor, em cada caso específico, sobre todas as situações que poderão nortear o contrato, principalmente sobre situações desfavoráveis ao tomador, como meio de preveni-las e apontar possíveis soluções. (CARPENA; CAVALLAZZI, *apud* MARQUES, 2006)

A proteção legal de informação, transparência e responsabilidade na concessão de crédito, visa equilibrar a relação entre fornecedor e consumidor, possibilitando a este uma decisão refletida, efetivamente produto de sua razão.

### 3.1.2 A Dignidade Humana do Superendividado

---

<sup>6</sup> Art. 6. São direitos básicos do consumidor: (...) III – a informação adequada e clara sobre produtos e serviços (...)

<sup>7</sup> Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance. (Lei 8.78/90) Código de Defesa do Consumidor.

<sup>8</sup> Art. 53. Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

O superendividamento é um fenômeno de extremo impacto na vida do consumidor, especialmente porque afeta sua dignidade humana, provocando sua exclusão do mercado consumidor e até mesmo sua exclusão social.

Além da dívida acumulada e da perda do crédito, o consumidor superendividado tem de suportar, ainda, o estigma do mercado, provocado pela inserção de seu nome nos registros de empresas de proteção ao crédito, onde configurará como mau pagador. Significa dizer que, a partir de então, toda atividade que prescinda de crédito será negada àquele consumidor.

Muitos desses consumidores dependem do crédito para a subsistência própria e de suas famílias, logo, os danos experimentados por ele em decorrência da perda do crédito são incomensuravelmente superiores àqueles perceptíveis em uma análise superficial, pois resta comprometida a manutenção cotidiana de seu lar, como pontua Lima Lopes:

Não são poucos os que se endividam para pagar despesas corriqueiras, despesas de manutenção diária ou despesas com serviços indispensáveis que já não são providos pelo Estado ou que nunca o foram adequadamente. Parte do endividamento que preocupa deriva, sobretudo, do aumento de recursos necessários para prover a subsistência. O crédito pessoal, adiantado sob a forma de cartão de crédito ou de cheque especial, crédito sem garantias reais, portanto, constitui substancial parcela do crédito ao consumo. (LOPES, 2006, p. 6)

Vale apontar que o crédito é a força motriz da economia moderna, trata-se do maior mecanismo de consumo e, conseqüentemente, da arma mais potente que impulsiona o desenvolvimento socioeconômico de um país. (GIANCOLI, 2008)

Diante do papel fundamental que tem o crédito dentro de uma sociedade, verifica-se que o dano experimentado pelo superendividado é presumido, bem como o prejuízo à sua dignidade humana em diversos aspectos da vida: material, moral ou social, conforme explana Fábio Konder Comparato:

A qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (COMPARATO, 2001, p. 48)

No entendimento de Alexandre de Moraes (2004, p. 129), a dignidade humana “é um valor espiritual e moral inerente à pessoa”, de modo que nela encontra-se incutida sua autodeterminação para a vida, logo, cumpre ao Estado garanti-la ao indivíduo, como forma de preservação dos direitos fundamentais.

A impossibilidade de custear suas dívidas e ainda suportar suas despesas cotidianas, faz com que o superendividado perca sua capacidade de consumo e, conseqüentemente, tenha afetada sua dignidade e de sua família, conforme apontam Bertoncello e Lima:

Quando se assiste a uma combinação de perdas laborais com dificuldades financeiras facilmente se percebe uma degradação da auto-estima e da afetividade, como se pôde comprovar em diversas entrevistas. A incapacidade de continuar a controlar a ordem do rendimento e a progressão da despesa não se esgota numa pura questão financeira. Já se sublinhou existir, em muitos casos, uma espécie de exílio social no que diz respeito as relações de amizade. As conseqüências do sobreendividamento para os agregados familiares, sobretudo quando associado ao desemprego, requalificam não só as relações sociais e as relações com os filhos, mas também, as relações sociais e a relação dos indivíduos consigo mesmos. (BERTONCELLO e LIMA, 2010, p. 31-32)

Dessa forma, o fenômeno abarca muito mais que uma questão econômica, pois atinge diretamente à dignidade da pessoa humana, devendo ser tratado como um problema social e jurídico.

Merece destaque a colocação da dignidade do consumidor frente à problemática do superendividamento, contemplando-se o problema com relação às angústias internas do indivíduo, e também das conseqüências externas que lhe são acarretadas.

É nesse diapasão que se deve enquadrar a proteção jurídica adequada, com a finalidade de garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, o que engloba coibir qualquer ato de cunho degradante e desumano aplicado ao consumidor, sobretudo como forma de proteger o bem jurídico contemplado em nossa Constituição da República<sup>9</sup>, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana. (COMPARATO, 2001)

---

<sup>9</sup> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana; (...)

Não parece suscitar dúvidas que, o indivíduo superendividado experimenta efetiva perda de sua dignidade, implicando na aplicação da proteção constitucional, como meio de garantir-lhe a preservação do “mínimo existencial.” (MARQUES, 2006).

### 3.1.3 Consequências Sociais e Jurídicas do Superendividamento

A ocorrência de diversos fatores econômicos no mundo, incluindo-se a economia brasileira, que propiciaram o crescimento e desenvolvimento do mercado produtor e consumidor, geraram também uma oferta desenfreada de crédito. Com isso, tornou-se possível a grande maioria, o acesso aos serviços essenciais e públicos.

Apesar de todos os benefícios trazidos pelo crédito, não se pode negar as consequências, muitas vezes desastrosas, que ele pode trazer ao indivíduo, soberbo de dívidas em decorrência da tomada de crédito sem as devidas cautelas.

Não raro a porta da inclusão – crédito – se torna a porta da exclusão – superendividamento – com a inserção do consumidor em cadastros de proteção ao crédito, pela falta de pagamento de suas dívidas.

Com efeito, o superendividamento gera diversas situações extremamente desagradáveis ao consumidor, conforme explicitam Marques e Lima:

Sob uma ou outra forma, o superendividamento é gerador de situações nefastas que não se pode deixar prosperar. Constitui, com efeito, fonte de tensões no seio da célula familiar que muitas vezes acarretam um divórcio, agravando a situação de endividamento. Ele pode conduzir as pessoas superendividadas a evitar despesas de tratamentos, mesmo essenciais, ou ainda a negligenciar a educação dos filhos. E, na medida em que a situação é tal, que a moradia não pode ser assegurada, é dado um passo na direção da exclusão social. O superendividamento é fonte de isolamento, de marginalização; ele contribui para o aniquilamento social do indivíduo. Quanto mais este fenômeno aumenta, mais seu custo social se eleva e mais a necessidade de combatê-lo se impõe. (MARQUES e LIMA, 2010, p.10)

Desse modo, o superendividamento é um grave problema social, tanto pela exclusão dos indivíduos e a privação de uma existência digna, quanto pelos danos à economia, uma vez que os superendividados deixam de integrar o mercado, reduzindo, significativamente, a circulação de mercadorias e serviços.

Analisando deste ponto, a oferta massiva de crédito, sem uma legislação à altura para fiscalizar e prevenir problemas decorrentes dessa prática, “pode criar

uma profunda crise de solvência e confiança no país, não só na classe média, como nas mais baixas”. (MARQUES, 2010, p. 27)

Diante de toda essa problemática, bem como dos fatores que desencadeiam tal situação – superendividamento ativo e passivo – e, primordialmente, pelas consequências sociais acarretadas, vê-se imperiosa a intervenção do Estado, de forma mais pontual e abrangente que a proteção fornecida pelo Código de Defesa do Consumidor.

Em relação ao tema, Claudia Lima Marques entende ser necessária a criação de um projeto de lei para a proteção específica dos direitos do consumidor superendividado.

Parece-me que o projeto deveria iniciar listando os “direitos do consumidor superendividado” de boa-fé, e esclarecendo tratar-se de uma lei de ordem pública, isto é que deve ser usada *ex officio* pelo julgador (em contrário a atual Súmula 381 do e. STJ), mesmo que o consumidor atue sem advogado ou que seu advogado não requeira exatamente um direito desta lei. Esta lei nova seria complementar ao CDC, não revogando nenhum artigo do Código, mas sim especificando os direitos do consumidor, quando concluiu um crédito. O CDC foi tímido e previu apenas o Art. 52 sobre informações obrigatórias ao consumidor de crédito. E poderia ter um artigo sobre o diálogo das fontes (uso da lei mais favorável ao consumidor) semelhante ao Art. 7 do CDC, assim sempre que uma outra lei (o CC/2002 ou outra lei) assegurasse um direito mais forte ao consumidor endividado esta lei mais favorável teria prevalência (MARQUES, 2010, p.26).

Reforça a autora que o direito de informação é o maior instrumento preventivo do consumidor, que deveria tomar conhecimento dos riscos envolvidos na tomada de crédito de qualquer natureza, precipuamente em decorrência da falta de conhecimento técnico do consumidor em relação aos contratos de crédito, o que pode comprometer sua renda futura.

O CDC, em seu artigo 52<sup>10</sup>, dispõe que o consumidor deverá ter informação prévia e adequada de todos os elementos contratuais sobre o crédito que pretende adquirir, precipuamente em relação aos preços e condições que lhe serão exigidos pela oferta. A edição de uma lei nova seria complementar ao CDC.

Assevera Marques (2010), que a proteção almejada no direito brasileiro já encontra respaldo no direito internacional, como no caso da França, que desde

---

<sup>10</sup> Art. 52. No fornecimento de produtos e serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, dentre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre: I – preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional; II – montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; III – acréscimos legalmente previstos; IV – número e periodicidade das prestações; V – soma total a pagar, com e sem financiamento.

1978, realiza a proteção ampla do consumidor, “referindo que o contrato deveria mencionar a identidade do mutuante, a natureza, objeto e a duração da operação proposta como o custo total e a taxa efetiva global do crédito”. (MARQUES, 2010, p. 27)

#### **4 O SUPERENDIVIDAMENTO NO DIREITO COMPARADO**

Em muitos países o tema recebe tratamento diferenciado daquele dispensado no direito brasileiro, cuja legislação é bastante tímida e pouco eficaz no que diz respeito à proteção do consumidor e a sua dignidade em relação aos contratos, principalmente os contratos bancários.

A afirmativa encontra respaldo no direito comparado, a exemplo do que menciona Khayat:

(...) os países principais de direito comparado são: a França, a Alemanha, os Países Baixos, os Estados Unidos e o Reino Unido, que reconhecem a falência civil ou procedimentos assemelhados, que conduzem ao desaparecimento de toda ou parte da dívida do particular após a liquidação de seus bens, com participação judicial ou acordo supervisionado pelo juiz para o reescalonamento da dívida, redução do montante, diminuição dos juros etc. (KHAYAT *apud* COSTA, 2002, p. 12 e 13)

O primeiro país a criar uma legislação específica para regulação do tema superendividamento, foi a Dinamarca, em 1984, seguida pela França, em 1989, e muitos outros países depois. Tal movimento é decorrente do crescimento, ano após ano, do número de superendividados, em todo o mundo. (MARQUES, 2010)

Objetivando evitar a falência do consumidor superendividado, muitos países<sup>11</sup> inovaram em suas legislações, por meio da jurisprudência e da analogia ao tratamento dispensado às empresas em estado falimentar, criando um procedimento extrajudicial especialmente para as pessoas físicas. (MARQUES, 2010)

##### **4.1 FRANÇA**

Na França, a Lei 89/1010, de 1989, em seu artigo 331, criou uma comissão de investigação para os casos de superendividamento, seguido pela realização de um procedimento de conciliação, cujo objetivo é possibilitar às partes envolvidas a

---

<sup>11</sup> Para evitar esta “falência” os países desenvolvidos e industrializados, como os Estados Unidos da América, o Canadá, a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Bélgica, o Luxemburgo e tantos outros. (MARQUES, 2010, p. 25)

solução amistosa sobre a dívida, e possibilitar o pagamento de todos os credores daquele consumidor de boa-fé. (LOPES, 1996)

O devedor pode requerer a instauração do procedimento, se foi acatado, o plano poderá acolher “abatimento ou redução dos juros, remissão de valores, consolidação ou substituição de garantias e formas de sua execução.” (LOPES, 1996, p.741)

Observando o ordenamento jurídico francês, é possível destacar a solidariedade social, perceptível pela adoção de procedimentos humanitários no tratamento do superendividado, inclusive por instituir um prazo para a reflexão do consumidor quando da celebração de um contrato de crédito, visando garantir a escolha livre e a necessidade real de sua realização. (COSTA, 2002)

Países como Alemanha e os Estados Unidos, também têm em seu ordenamento a previsão de um prazo para reflexão aos consumidores sobre os contratos que celebram, com o objetivo de diminuir os riscos inerentes ao negócio assumido rapidamente e o livre exercício do direito de escolha. (COSTA, 2002)

#### 4.2 ALEMANHA

No direito Alemão, desde 1991 está em vigor uma legislação que trata especificamente do crédito ao consumo. No referido ordenamento, abarcam-se todas as relações de crédito existentes no mercado, e o objetivo principal é a proteção social do consumidor, que vai desde a redução de juros de mora ao pagamento da dívida em atraso.

#### 4.3 ESTADOS UNIDOS

No sistema norte-americano há uma disponibilidade generalizada para a insolvência civil, pois o regime é muito liberal, e, por disposição constitucional, a insolvência é matéria de legislação e jurisprudência federal.

A comparação no ramo do direito prescinde de análise da cultura jurídica, do sistema institucional de aplicação e do ambiente social de cada país comparada, contudo, observadas as legislações internacionais pode-se ter um norte para abordagem inicial do tema e apontamentos de experiências já realizadas e exitosas.

Ademais, este é o posicionamento de Marques, Lima e Bortoncello:

Por exemplo, nos Estados Unidos da América, já em 1986, mais de 400.000 consumidores americanos tinham demandado a *bankruptcy*. Em 1997, quase um milhão de famílias estava em estado de falência civil. Um nova lei do governo G. W. Bush sobre a *bankruptcy* pode mudar este quadro e dificultar o privilégio. Dentre os países da *civil law*, a solução francesa é a que tem despertado mais interesse na doutrina brasileira, mas as lições do Direito Comparado, em especial do Canadá e da Alemanha, podem também ser úteis para os países emergentes, e para o Brasil, se quisermos elaborar uma legislação especial. (MARQUES; LIMA; BORTONCELLO, 2010, p. 25)

Desse modo, apresenta-se adequada a utilização dos parâmetros internacionais de tratamento do superendividamento, principalmente daqueles países cujo ordenamento jurídico deu especial atenção ao tema por meio da criação de leis especiais.

## **5 PREVENÇÃO E PROTEÇÃO AO SUPERENDIVIDAMENTO**

Denota-se que se trata de um fenômeno complexo, que necessita da participação ativa da sociedade e do Estado, como meio de garantir o equilíbrio das relações contratuais e do mercado, “especialmente por meio da instituição de ações de prevenção e tratamento: da segurança jurídica daí proveniente depende o funcionamento sustentável e otimizado do mercado, (...)” (MARQUES; LIMA; BORTONCELLO, 2010, p. 8).

A medida sugerida, de prevenção, subsiste em fornecer ao consumidor todas as informações concernentes ao contrato que pretende celebrar, a fim de que possa mediar os custos e riscos da operação, e, de outro lado, diz respeito ao fornecedor de crédito, que deverá avaliar a possibilidade econômica de adimplemento do tomador, minimizando, assim, os riscos do negócio.

Outra medida é possibilitar ao consumidor, por um prazo previamente determinado, a retratação após a efetivação do contrato, possibilitando sua reflexão tranquila sobre o ônus que pretende assumir.

Consiste, ainda, em prevenir a celebração de contratos manifestamente desproporcionais, o que já é repudiado por muitas legislações internacionais, e vêm sendo aplicado pela jurisprudência nacional em ações que visam à revisão contratual. Contudo, o que se pretende aqui é prevenir que ocorram, ou seja, que sejam adotadas medidas anteriores à celebração do contrato.

Nas palavras de Claudia Lima Marques

(...) numerosas legislações reprimem a usura, isto é, a prática de taxas de juro excessivas. Esta limitação da taxa de juros pode resultar de uma regulamentação genérica e objetiva segundo os tipos de operações de crédito visadas, ou do recurso, mais subjetivo do poder moderador do juiz. Além disso, quando o crédito solicitado é destinado à compra de um bem ou fornecimento de um serviço, é lógico ligar juridicamente as duas operações de sorte que se uma não for realizada, o consumidor fica liberado da outra. (MARQUES, 2010, p. 11)

Outra medida preventiva apontada pela autora é a regulação da publicidade de crédito, de modo que sua veiculação só possa ocorrer se estiver expressamente assim identificada, conforme estabelece o artigo 36<sup>12</sup> do CDC.

Reforçando esta tese, afirma, ainda, que a publicidade deverá apresentar:

(...) de maneira inequívoca, legível e aparente ou, se for o caso, audível: a) a identidade, o endereço e a qualidade do fornecedor de crédito; b) a forma de crédito a que se refere; c) a taxa efetiva anual de juros; d) a duração do contrato; e) o custo efetivo total do crédito” (MARQUES, 2010, p. 27).

Em relação aos apontamentos da autora, salienta-se que há na norma francesa meios jurídicos eficientes, que proíbem a veiculação de publicidade com o cunho de induzir ou ludibriar o consumidor, cita-se como exemplos a publicidade que demonstre ser “gratuito” o crédito”, e dê ênfase à concessão “rápida”.

É de conhecimento de todos que no Brasil, tais práticas são corriqueiras no meio publicitário das instituições financeiras, que muitas vezes veiculam suas propagandas com o objetivo claro de transmitir a ideia de rapidez e facilidade na concessão de crédito, muitas vezes, inclusive, sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito.

Em síntese, as medidas preventivas do superendividamento são inúmeras, e todas têm como foco a proteção, antecipada, do mercado e do consumidor, sobretudo daquele mais pobre, “que só tem o seu “nome” como patrimônio”. (MARQUES, 2010, p. 27)

## 5.1 TUTELA DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO

Mesmo após 22 anos do CDC e da evolução da jurisprudência na aplicação da lei em favor dos consumidores, principalmente com relação aos contratos bancários, a bem da verdade não há muito que comemorar, pois o consumidor ainda é refém. É

---

<sup>12</sup> Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

notável a ausência de regulamentação do setor que explora a atividade creditícia e que faz do consumidor vítima do crédito fácil, em detrimento do desenvolvimento social, na medida em que gera uma classe de superendividados.

Consumo e crédito estão vinculados no sistema econômico e jurídico de todos os países, contudo, os países mais desenvolvidos têm leis que regulamentam o tema, enquanto que no Brasil há apenas o Código de Defesa do Consumidor, que, muito embora não se possa negar o avanço social que trouxe, é bastante tímido no tratamento desta matéria.

Frente ao fenômeno apresentado, resta clara a necessidade de atuação do Estado, por meio da criação de um mecanismo jurídico de proteção ao superendividado.

A preocupação contemporânea com o consumidor superendividado tem origem mais conhecida no direito francês, com a Lei 89-1010, de 31.12.1989, chamada *A Lei Neiertz*. Em 1997, houve a codificação das leis no *Code de La Consommation* e a inseriu no Livro III denominado "tratamento das situações de superendividamento" contendo regras especiais para se buscar a recuperação do consumidor inadimplente. (COSTA, 2002, p. 53)

Contudo, inicialmente, deve-se identificar claramente quais os devedores serão beneficiados, até porque, a lei não deverá servir para acobertar ou estimular a inadimplência, mas sim proteger o consumidor que, na sua condição de vulnerabilidade e hipossuficiência, sem praticar qualquer ato de má-fé, findou-se em dívidas e se vê isolado social e economicamente. (GIANCOLI, 2008)

Em relação ao tema, imperioso destacar que, nos países onde não há uma legislação especial para o tratamento do tema, é maior a exclusão social, como no caso brasileiro, enquanto que naqueles países onde houve a preocupação em tratar o tema com a especificidade que ele merece, a desigualdade é bastante inferior.

A inspiração para a criação de um mecanismo jurídico de prevenção e tratamento do superendividamento no Brasil, seria da legislação francesa, que em relação ao tema, apresenta-se muito evoluída.

Como pressuposto inicial, a proteção deve alcançar pessoas físicas, cujas dívidas não decorram de atuação profissional, o que restringe a proteção, excluindo-se aqueles casos em que a dívida é proveniente de atividades profissionais. (CARPENA; CAVALLAZZI, *apud* MARQUES, 2006).

Em relação à natureza, não há restrições, podem ser abarcadas as dívidas de natureza contratual ou legal, sendo excluídas apenas as dívidas oriundas de natureza alimentar e condenação penal.

A extensão do endividamento não recebe restrições, há que se observar apenas se o montante das dívidas é superior ao patrimônio do devedor, de modo a caracterizar um comprometimento de sua subsistência. (BERTONCELLO, 2006)

A doutrina e a jurisprudência francesa têm aplicado como pressuposto, ainda, a “impossibilidade manifesta” (BERTONCELLO, 2006, p. 48), a qual deverá ser apurada mediante estudo sobre a condição econômica do devedor e o montante de suas dívidas, cujo resultado seja a constatação da real impossibilidade de cumprimento por parte do devedor, excluindo-se os casos em que a situação de endividamento, caracterize apenas uma iliquidez temporária.

Por fim, como não poderia deixar de ser, deve estar presente a boa-fé do endividado, quer seja na relação contratual ou processual, sob pena de lhe ser negado o auxílio do Estado para a sua condição de superendividado. (BERTONCELLO, 2006, p. 50)

Importante destacar que a inspiração no ordenamento jurídico e na jurisprudência francesa é fruto de muitos estudos comparativos das situações de superendividamento que se apresentam, tanto no Brasil quanto na França, e cujos resultados neste país, têm sido bastante positivos. (BERTONCELLO, 2006, p. 50)

## 5.2 PROPOSTA DE LEI ESPECIAL

Visando estabelecer parâmetros para a criação de uma lei brasileira que regule e dê adequado tratamento para o fenômeno, o Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor – DPDC, com o apoio pedagógico e profissional de Claudia Lima Marques, Clarissa Costa Lima e Káren Bortoncello, lançou um documento de Prevenção e Tratamento do Superendividamento.

O documento mencionado aponta que uma lei nova traria a prevenção e o procedimento para tratamento do consumidor pessoa física, de boa-fé, superendividado, tendo como parâmetro a lei francesa.

Aqueles cuja lei abarcar, poderão requerer a regularização de suas dívidas e obrigações, por meio da realização de acordo com seus credores e, em último caso, sendo infrutífera a conciliação, a apresentação de um plano de pagamento judicial.

Ainda quanto ao procedimento, destacam as autoras que o consumidor poderia propor perante o Poder Judiciário Estadual, requerimento para apreciação de sua situação de superendividado, por meio de um formulário, contendo:

(...) a) dados pessoais socioeconômicos; b) rendimento mensal e despesas correntes; c) composição do núcleo familiar; d) relação de todos os credores e respectivos endereços, com indicação dos montantes de seus créditos, datas de vencimento, garantias de que se beneficiem. Integrará, ainda, a descrição da atuação do credor relativa ao fornecimento das informações sobre os encargos contratuais e se o crédito foi fornecido quando o consumidor já estava inserido em cadastros de inadimplentes; e) relação do ativo e respectivo valor, com indicação dos bens próprios e comuns; f) identificação de todas as ações e execuções contra si pendentes; g) descrição dos fatos que determinaram o aparecimento da situação de impossibilidade de satisfazer pontualmente as obrigações assumidas.” (MARQUES, LIMA E BORTONCELLO, 2010, p. 33)

Havendo alguma dificuldade para que o consumidor apresente as informações solicitadas, poderá o judiciário requerer diretamente dos fornecedores as informações faltantes e necessárias.

A boa-fé com consumidor será analisada, precipuamente, em relação às informações que prestar no momento do preenchimento do formulário, devendo, inclusive ser advertido disto, pois o não atendimento às normas do procedimento poderá acarretar na sua perda do direito de utilizar o procedimento de reestruturação da pessoa física, além das demais sanções legais.

Outra medida para facilitar a composição, seria a dispensa, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas e demais despesas processuais.

Pode-se traçar um paralelo entre a proposta apresentada pelo DPDC e a Lei 9099/95, pois o procedimento judicial seria muito semelhante, inclusive quanto ao *jus postulandi*, sendo possível à parte propor ação diretamente, sem advogado, quando o valor da ação não ultrapassasse o valor estimado de 20 (vinte) salários mínimos, nas de valor superior, a assistência de advogado seria obrigatória.

Destaque-se que a fase de conciliação seria requisito para a ação judicial.

Havendo mais de um credor, todos serão convidados para a composição, a qual se dará em audiência conjunta, simultaneamente, e a ausência destes implicaria em sanção, como meio de tornar efetiva a ação do Estado.

A celebração de acordo entre as partes significará a aprovação de um plano de saneamento da situação do superendividado, observando-se que não houve o comprometimento de toda sua renda ou patrimônio, de modo que lhe seja

assegurado o mínimo para uma vida digna, ou seja, de modo que o adimplemento de suas dívidas não importe na violação de sua dignidade.

Menciona-se, ainda, que todas as situações conexas ao superendividamento, quer sejam ações em trâmite, quer seja o nome em cadastros de proteção ao crédito, dentre outras, deverão ser objeto de apreciação no momento da composição.

Conforme mencionado, em último caso, restando inexitosa a conciliação, restará ao devedor apresentar um plano de reestruturação judicial, mediante apresentação de todos os documentos hábeis a demonstrar sua condição econômica e o montante de suas dívidas.

Explicitam as autoras que:

*Se o plano apresentado for aceito judicialmente, a decisão admitindo o procedimento importará: I - a vedação do ajuizamento de ação executiva contra o devedor; II- na suspensão das ações executivas pendentes; III – na suspensão dos juros e encargos contratuais. Na audiência de conciliação, instrução e julgamento, será colhida a prova oral. Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência. Finalizada a instrução, o juiz proferirá sentença, apreciando: “I – as contestações apresentadas; II – a suspensão dos encargos de mora resultantes da eventual ausência de credor na audiência de conciliação e da decisão de admissibilidade; III – o plano de reestruturação com objetivo de restabelecer a situação financeira do devedor, permitindo-lhe, na medida do possível, pagar as suas dívidas e garantindo-lhe simultaneamente o bem-estar da sua família e a manutenção de uma vida digna; IV – a suspensão ou a extinção dos processos porventura em tramitação; V - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores.” (MARQUES, LIMA E BORTONCELLO, 2010, p. 35)*

O descumprimento das obrigações assumidas por parte do devedor, implicaria no vencimento antecipado das dívidas objeto do acordo ou plano de reestruturação.

Por fim, segundo o projeto apresentado pelas autoras, a nova lei contemplaria

*(...) os direitos do consumidor superendividado: I - Receber informações e aconselhamento em relação à adequação do crédito pretendido e crédito anexo ao contrato principal de consumo; assim como ter acesso prévio à cópia dos contratos, e, a qualquer momento, à cópia escrita dos contratos de consumo, em especial os envolvendo crédito; II - Receber uma oferta escrita, na qual deverá constar a identidade das partes, o montante do crédito, a natureza, o objeto, a modalidade do contrato, o número de prestações, a taxa de juros anual e o custo total do crédito. A oferta deverá permitir uma reflexão sobre a necessidade do crédito e a comparação com outras ofertas no mercado; III - Arrepende-se nos contratos de crédito ao consumo, na forma desta lei, em período determinado, possibilitando-lhe*

desistir do contrato firmado sem necessidade de justificar o motivo e sem qualquer ônus para prevenir o superendividamento; IV - Ser protegido contra toda publicidade abusiva e enganosa, em especial aquela que oculte, de alguma forma, os riscos e os ônus da contratação do crédito, ou que façam alusão a “crédito gratuito”; V - Ser protegido contra a concessão irresponsável de crédito, o marketing agressivo e o tratamento irresponsável dos dados do consumidor; VI - Ter facilitada a renegociação global de suas dívidas, em especial das parcelas mensais a pagar e dos contratos de crédito, para ter preservado o seu mínimo existencial, VII - Encaminhar pedido de reestruturação de seu passivo global, em caso de inexitosa fase conciliatória com um ou mais de seus credores; VIII- Receber estas e outras ações e políticas de prevenção e tratamento da situação de superendividamento, de educação para o consumo de crédito consciente, educação financeira e de organização do orçamento familiar; MARQUES; LIMA; BORTONCELLO, 2010, p. 37)

Frente à repercussão negativa do superendividamento, bem como dos diversos problemas que dele decorrem, quer sejam para o indivíduo em si mesmo, quer sejam para a sociedade, surge a necessidade de atuação do legislador brasileiro para a criação de uma lei especial que promova o restabelecimento econômico daqueles que se encontram com excesso de dívidas, de modo a promover-lhes a reinserção social, a exemplo do que vem sendo realizado em outros países, a exemplo da França.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todo conteúdo apresentado, denota-se que o crédito é a mola propulsora da economia, um mecanismo do capitalismo que consubstancia estímulo ao consumo.

Contudo, o que ocorre nas sociedades consumistas é uma distorção da função social do crédito e, assim como é capaz de proporcionar a inclusão social das famílias, o crédito pode levar-lhes também à exclusão social, dependendo do mecanismo e da proporção de sua aquisição, haja vista que muitas pessoas acabam contraindo muito mais dívidas do que são capazes de honrar.

Os fatores que levam ao superendividamento estão associados ao comportamento do consumidor e, principalmente, às ações dos fornecedores de crédito, por meio de publicidade abusiva e oferta massiva de crédito sem as devidas cautelas para sua concessão.

Com isso, buscou-se demonstrar a responsabilidade de cada um dos polos envolvidos no fenômeno, com o objetivo de delinear métodos de responsabilização pelos efeitos negativos, bem como prevenção de novos casos.

A fim de possibilitar o tratamento e a prevenção do superendividamento, foram apontadas soluções já adotadas no direito comparado, especialmente na França, onde há no ordenamento jurídico meios eficientes de proteção do consumidor frente ao fenômeno, que proíbem a veiculação de publicidade com o intuito de induzir ou ludibriar o consumidor, como por exemplo a publicidade que demonstre ser “gratuito” o crédito”, e dê ênfase à concessão “rápida”.

As medidas preventivas do superendividamento apresentadas são inúmeras, todas com o escopo de proteger, antecipadamente, tanto o mercado como o consumidor, precipuamente aqueles mais humildes, cujo principal patrimônio é o próprio nome e, por isso, sobre mais intensamente os danos causados pelo fenômeno.

Apresentou-se ainda, o conteúdo trazido pelo Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor – DPDC, entabulado por Claudia Lima Marques, Clarissa Costa Lima e Káren Bortoncello, cujo objetivo é prevenir e tratar o superendividamento do consumidor pessoa física e de boa-fé, destacando-se que o presente estudo foi realizado com parâmetro na lei francesa.

A principal solução apontada é a criação de uma lei especial, que tenha por escopo principal de prevenção reforçar a imprescindibilidade da informação adequada e suficiente ao consumidor, antes da celebração dos contratos de crédito, visando tornar sua escolha um ato livre e efetivamente fruto de sua consciência.

Além da prevenção, aponta-se que a referida lei deveria trazer em seu conteúdo todo o procedimento a ser adotado pelo judiciário para a solução de casos onde o superendividamento já é um problema consolidado.

Neste último caso, deveria o processo judicial ser amplamente descrito no texto legal, beneficiando-se a conciliação entre o consumidor e seus fornecedores, caso a dívida seja proveniente de diversas fontes.

Ainda, imperioso destacar que, conforme apresentado no trabalho, a exclusão social é deveras superior naqueles países cujo ordenamento jurídico ainda não apresenta um tratamento especial ao superendividamento, como no caso brasileiro, diante disso não se pode desviar das consequências sociais negativas.

Por todo conteúdo exposto, destaque-se que a criação de uma lei especial visa proteger não apenas o consumidor, mas também o mercado, haja vista que um depende do outro, logo, o número de consumidores superendividados afeta

diretamente a economia, causando sérios entraves financeiros no quadro econômico de uma sociedade.

## REFERÊNCIAS

BERTONCELLO, Karen Rick Danilevicz; LIMA, Clarissa Costa de. **Superendividamento aplicado**: aspectos doutrinários e experiência no poder judiciário. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2010.

BOLSON, Simone Hegele. **O direito de arrependimento nos contratos de crédito ao consumidor**. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: RT, nº.64, out./dez, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1988.

CARPENA, Heloísa; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. **Superendividamento**: propostas para um estudo empírico e perspectiva de regulação. In: MARQUES,

COSTA, Geraldo de Farias Martins da. **Superendividamento**: a proteção do consumidor de crédito em direito comparado brasileiro e francês. São Paulo: RT, 2002.

FERNANDES, Carolina Curi. **A tutela do consumidor superendividado e o princípio da dignidade da pessoa humana**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2619, 2 set. 2010. Disponível em: Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17312>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

KIRCHNER, Felipe. **Os novos fatores teóricos da imputação e concretização do tratamento do superendividamento de pessoas físicas**. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, v. 17, n. 65-113, jan.- mar. 2008.

LIMA, Clarissa Costa de. **Empréstimo responsável**: os deveres de informação nos contratos de crédito e a proteção do consumidor contra o superendividamento. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2006.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Crédito ao Consumidor e Superendividamento. In: In: MARQUES, Claudia Lima; Miragem, BRUNO (ORG.) **Doutrinas essenciais**: direito do consumidor. São Paulo: RT, 2011, p. 737-747.

\_\_\_\_\_ Prefácio. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord.). **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito.** São Paulo: RT, 2006.

MARQUES, Cláudia Lima. **Sugestões para uma Lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo:** proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo: Revista dos tribunais, nº 55, p. 11-52, jul./set. 2005.

\_\_\_\_\_ MIRAGEM, Bruno (ORG.) Doutrinas essenciais: direito do consumidor. São Paulo: RT, 2011, p. 671-702. GIANCOLI, Bruno Pandori. **O Superendividamento do consumidor como hipótese de revisão dos contratos de crédito.** São Paulo: Editora Verbo Jurídico, 2008.

\_\_\_\_\_ LIMA, Clarissa Costa; BORTONCELLO, Káren. **Prevenção e Tratamento do Superendividamento:** caderno de investigações científicas. Vol. 1. Escola Nacional de Defesa do Consumidor. Brasília: DPDC/SDE, 2010.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina. **Regular o Sobreendividamento.** Disponível em: < <http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/anexos/prof-doutora-maria> > Acesso em: 03 de março de 2012.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional.** 3 ed., São Paulo: Atlas, 2004.

REINALDO FILHO, Demócrito. **O fenômeno do superendividamento:** inexistência de direito do consumidor à renegociação e de justa causa para intervenção judicial nos contratos. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3005, 23 set. 2011 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/20062>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

ROCHA, Amélia Soares da; FREITAS, Fernanda Paula Costa de. **O superendividamento, o consumidor e a análise econômica do Direito.** Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2564, 9 jul. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/16949>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

TIMM, Luciano Benetti. **O superendividamento e o direito do consumidor.** Âmbito Jurídico, Rio Grande, 34, 02/11/2006. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1330](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1330). Acesso em 11/07/2012.